



THOMAZ ESPÍNDOLA: UM “HOMEM DE CIENCIA” E A GEOGRAFIA NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS DO NORDESTE DO BRASIL NOS MEADOS DO SÉCULO XIX

Pedro Henrique Nunes Silva
Universidade Federal de Alagoas, Brasil.
pedro.nunes@igdema.ufal.br

Antonio Alfredo Teles de Carvalho
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, Brasil
acarvalho@igdema.ufal.br

RESUMO – A figura e a obra de Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) inserem-se em um contexto em que Alagoas vivenciara profundas transformações políticas, decorrentes, sobretudo, de sua emancipação da província de Pernambuco, em 1817. Nesse sentido, proceder à elaboração de uma imagem autônoma de Alagoas em relação a Pernambuco se constituía em um imperativo. Nesse contexto, Thomaz Espíndola, ao lado de Antonio Joaquim de Moura, é reconhecido como um dos fundadores da historiografia alagoana, bem como da sua geografia. Nascido em Maceió e graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1853), Espíndola integrou um seletivo grupo de intelectuais alagoanos ligados ao poder senhorial, destinados a pensar a província e a escrever sobre a mesma. Assim, buscou-se no presente trabalho, refletir acerca de como os escritos de Espíndola contribuíram para a construção e consolidação de uma imagem autônoma das Alagoas após a sua emancipação de Pernambuco.

Palavras-chave: História da Geografia; Geografia de Alagoas; Nordeste do Brasil; Século XIX; Revolução Pernambucana.

THOMAZ ESPÍNDOLA: A “MAN OF SCIENCE” AND GEOGRAPHY IN THE ALAGOAS PROVINCE OF NORTHEAST BRAZIL IN THE MID-19TH CENTURY

ABSTRACT – The figure and work of Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889) are inserted in a context in which Alagoas had experienced profound political transformations, resulting, above all, from its emancipation from the province of Pernambuco, in 1817. In this sense, proceeding with the elaboration of an autonomous image of Alagoas in relation to Pernambuco constituted an imperative. In this context, Thomaz Espíndola, alongside Antonio Joaquim de Moura, is recognized as one of the founders of Alagoas historiography, as well as its geography. Born in Maceió and graduated from the Faculty of Medicine of Bahia (1853), Espíndola was part of a select group of intellectuals from Alagoas linked to the seigneurial power, destined to think about the province and write about it. Thus, the present work sought to reflect on how Espíndola's writings contributed to the construction and consolidation of an autonomous image of Alagoas after its emancipation from Pernambuco.

Palabras Claves: History of Geography, Geography of Alagoas, Northeast Brazil, 19th Century; Pernambuco Revolution.

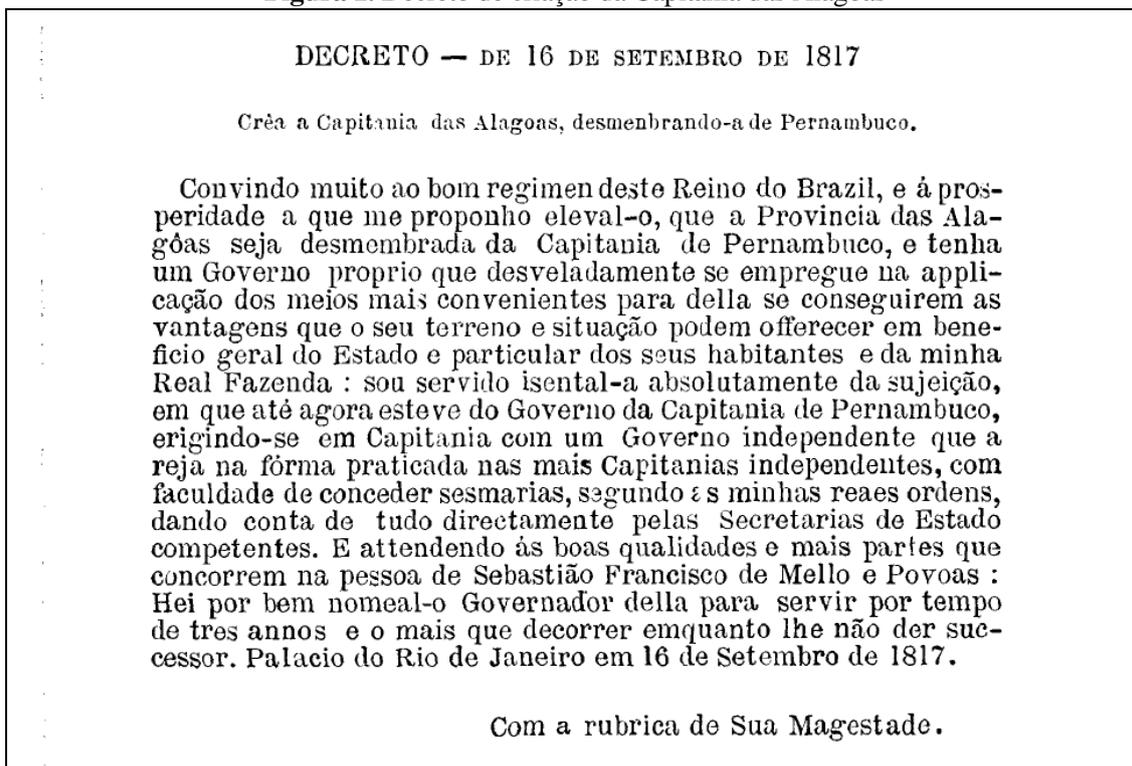
INTRODUÇÃO

A emancipação política das Alagoas em 1817, no contexto da Revolução Pernambucana, suscita intensas e calorosas discussões que se dão em torno das condições da antiga comarca no momento da sua separação da capitania de Pernambuco. Com efeito, a imagem de Alagoas ainda se achava confundida com aquela.

Vale salientar ainda, que não é nosso objetivo fazer uma defesa de Alagoas ou de Pernambuco no que tange a Revolução de 1817, mesmo porque iria além das pretensões desta investigação. O que se pretende aqui é resgatar e refletir sobre algumas das principais versões que foram elaboradas a respeito da emancipação política de Alagoas.

A versão mais difundida é que a separação de Alagoas em relação a província de Pernambuco se deveu ao desejo do rei português D. João VI de punir, de um lado, os revoltosos de Pernambuco, reduzindo o tamanho do seu território. E do outro, galardoar a comarca das Alagoas por sua lealdade à Coroa Portuguesa pelos serviços prestados na repressão ao movimento revolucionário de 1817, elevando-a à categoria de capitania independente através do decreto de 16 de setembro de 1817, concebido nos seguintes termos:

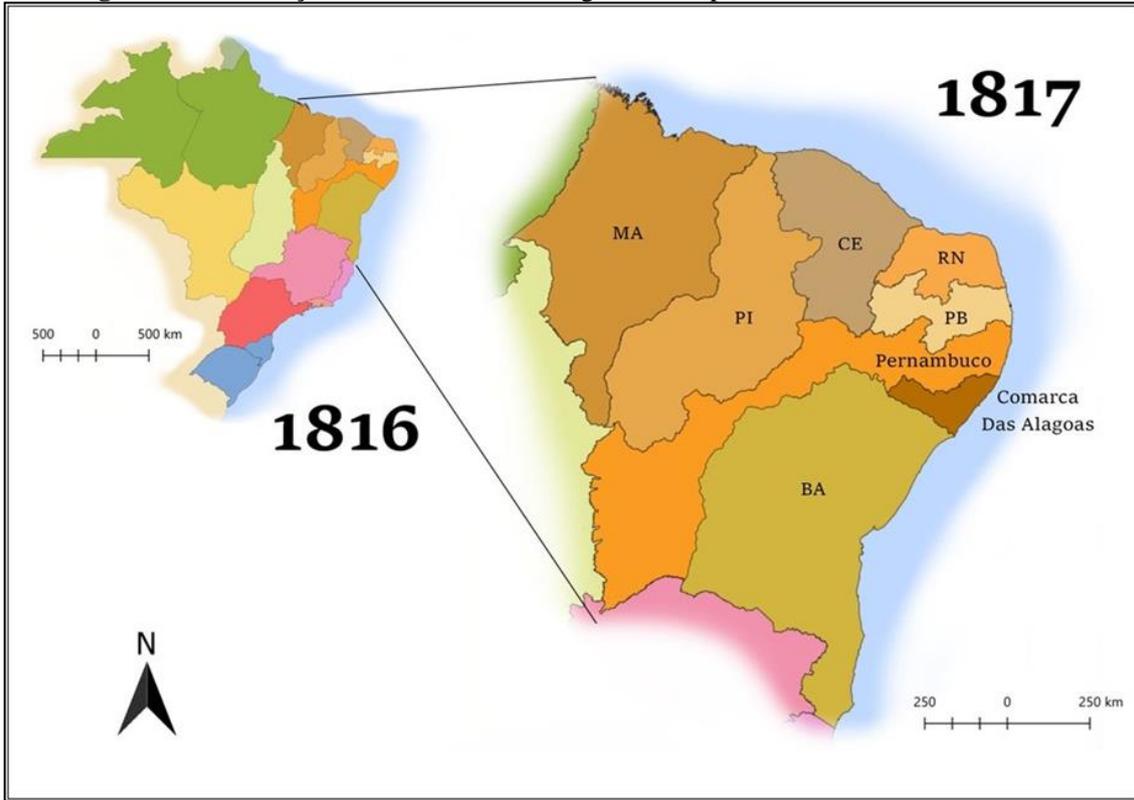
Figura 1. Decreto de criação da Capitania das Alagoas



Fonte: Collecção das Leis do Brazil, 1890.

Nesse decreto pode ser observado que o monarca português em momento algum deixa transparecer que a sua intenção era de punir Pernambuco por sua rebeldia ou bonificar Alagoas por sua lealdade. Ao contrário, o mesmo assinala que é “Convindo muito ao bom regimen d’este Reino do Brasil, e à prosperidade a que me proponho eleva-o, que a provincia das Alagoas seja desmembrada da capitania de Pernambuco [...]”. Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação e discussão das principais versões existentes a respeito da participação e, por conseguinte, emancipação de Alagoas no contexto da Revolução de 1817, quando o Brasil e a Capitania de Pernambuco, a que estava vinculada a então Comarca de Alagoas, possuíam as configurações mostradas no mapa que segue (Figura 2).

Figura 2. Localização da Comarca das Alagoas na Capitania de Pernambuco, Brasil.



Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo, 2023.

A emancipação da comarca das Alagoas da capitania de Pernambuco passou a constituir, objeto de intensas e calorosas discussões envolvendo destacados intelectuais, sobretudo alagoanos e pernambucanos. Tais discussões se deram em torno das possíveis causas ou motivações que teriam levado o rei D. João VI a assinar o decreto régio de 16 de setembro de 1817, concedendo independência política a antiga comarca das Alagoas.

Os motivos que estão por trás da decisão tomada pelo referido monarca permanecem ainda desconhecidos, embora tenha-se produzido algumas interpretações – variáveis e, por vezes, conflitantes – a respeito da participação de Alagoas e, por conseguinte, da sua emancipação no contexto da Revolução de 1817. Essas interpretações podem ser sintetizadas nos seguintes termos: 1) a emancipação de Alagoas foi uma punição aos revoltosos de Pernambuco; 2) a emancipação de Alagoas foi concedida em virtude da sua lealdade à coroa portuguesa e pelos serviços prestados na repressão do movimento revolucionário de 1817; 3) a emancipação de Alagoas deveu-se tão somente ao reconhecimento do seu estágio desenvolvimento econômico e demográfico, e fora apenas antecipada pelo movimento revolucionário de 1817.

Segundo os alagoanos Thomaz Espíndola (2001), José Prospero Jeovah da Silva Carotá (1873) e Moreno Brandão (2004), a emancipação alagoana nada tem a ver com a situação econômica e/ou demográfica que se encontrava a antiga comarca das Alagoas, mas sim com objetivo de D. João VI de punir os revoltosos de Pernambuco e premiar a lealdade e serviços prestadas pela comarca de Alagoas na debelação do movimento revolucionário que estourou no Recife em 6 de março de 1817.

Para Espíndola (2001, p. 213), o governo “[...] querendo pôr os habitantes desta comarca ao obrigo dos ódios e opressões, houve por bem desligá-la da sua antiga metrópole [...] constituindo-a

capitania independente.” Nessa mesma linha, Carotá (1873) assinala que, foi visando enfraquecer a influência de Pernambuco sobre o país, que o rei D. João VI resolveu desmembrar a comarca de Alagoas da capitania de Pernambuco. Afora isso, Brandão (2004, p. 69) associa tal evento a intenção do governo em enfraquecer Pernambuco diminuindo o tamanho do seu território, além de “[...] galardoar os serviços prestados por Alagoas na debelação do movimento de 1817 [...]”.

Em oposição as hipóteses acima mencionadas, colocam-se autores alagoanos como Craveiro Costa (1967), Anfilóbio Jayme de Altavila Mello (1935), Aberlado Duarte (1941) e Dirceu Lindoso (2005), que compartilham da hipótese geral de que a emancipação de Alagoas se deveu as suas condições econômicas e demográficas, e que se foi apenas apressada pelo movimento de 1817.

Vale salientar, conforme Carvalho (2015), que a emancipação em 1817 fez surgir um novo ambiente político influenciado pelas instituições criadas pelo estatuto da independência, como o Governo Provincial e o Conselho Geral, que posteriormente seria transformado em Assembleia Provincial. Destaque-se que durante todo o período provincial Alagoas viveu sob o signo da instabilidade, marcada por inúmeros acontecimentos de ordem política e mudanças econômicas.

A Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolução Praieira, em 1848, foram alguns dos principais eventos que agitaram a vida social e política na província nos anos posteriores a sua emancipação. A estes, acresce-se outros movimentos populares que ficariam registrados na história provincial, tais como: Mata Marinheiro (1822-1831), Ronco da Abelha (1851-1852) o Quebra-Quilos (1874-1875), e o mais importante deles, a Guerra dos Cabanos (1832-1850), que por anos agitou a província.

No que tange as versões apresentadas acerca da emancipação das Alagoas, pode-se afirmar que não se têm evidências suficientes para a confirmação de uma ou de outra versão. Assim, concorda-se aqui com Carvalho (2015, 148), ao asseverar que a “[...] Revolução Pernambucana gerou um quadro favorável para que as forças monarquistas de Alagoas dessem um passo adiante em sua autonomia política.” Segundo o autor, a “[...] fidelidade do governo da comarca e sua posição antirrepublicana podem não ter sido a causa única da nova capitania, mas, com certeza, colaboraram para a decisão real, antecipando uma medida que seria tomada num futuro incerto” (CARVALHO, 2015, p. 148).

Por fim, é válido ressaltar que a “[...] emancipação política não significou, para Alagoas, capacidade de desenvolvimento autônomo ou de ampliação da vida democrática”, como bem mostra Carvalho (2015, p. 152). Os relatórios ou falas, como ficaram mais conhecidas, das dezenas de presidentes que passaram pela província revelam que estes possuíam poderes limitados e as eleições eram feitas com base em processos de métodos viciados, que visavam legitimar os mesmos grupos oligárquicos, excluindo assim quase toda a população (CARVALHO, 2015, p. 152).

Desse modo, se parte da hipótese que os escritos publicados no século XIX contribuíram decisivamente para a representação e consolidação de uma imagem autônoma das Alagoas. Dentre esses, destacam-se os de Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889), sobretudo aqueles dedicados à descrição e caracterização geográfica do território alagoano. Assim, a presente investigação tem como objetivo principal analisar e discutir a contribuição dos escritos de Thomaz Espíndola para consolidação de uma imagem autônoma e diferencial das Alagoas em seu contexto regional.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa e o posterior alcance dos objetivos propostos, fez-se necessário a construção de um arcabouço teórico-metodológico coeso, cuja aplicação ao objeto investigado propiciasse resultados em consonância com o real. Dessa forma, com base no referencial teórico e levando-se em conta o caráter histórico, bibliográfico e documental do presente trabalho, obedeceu-se a um processo operacional organizado em três etapas, a saber:

1) Pesquisa bibliográfica: nesta primeira etapa realizou-se um amplo levantamento bibliográfico a respeito do tema, dividido em três partes. Na primeira foi levantada a produção de Thomaz

Espíndola, sobretudo os escritos que tratam da geografia do território alagoano. Na segunda parte, a produção que diz respeito a Thomaz Espíndola e a sua obra. E por último, realizou-se o levantamento da bibliografia mais ampla visando dar suporte teórico-metodológico à construção do trabalho.

2) Pesquisa documental: nesta etapa levantou-se documentos referentes a Thomaz Espíndola junto as principais instituições científicas e culturais de Alagoas, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Arquivo Público de Alagoas (APA), Academia Alagoana de Letras (AAL) e a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

3) Análise e sistematização do material levantado: nesta terceira e última etapa elaborou-se os principais resultados do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

As proposições teóricas desenvolvidas no trabalho estão centradas especialmente nas concepções de pensamento geográfico e ideologia geográfica, a partir de Moraes (2005a; 2005b); abordagem contextual e círculo de afinidade, concebidas por Berdoulay (1999; 2003; 2017), como uma proposta teórico-metodológica a ser seguida na análise de Thomaz do Bomfim Espíndola e de sua obra no âmbito da geografia produzida em Alagoas na segunda metade do século XIX.

No que se refere ao período que precedera a institucionalização da geografia no Brasil, o estudo valeu-se das contribuições de Zusman (1996), Pereira (1997; 2003) e Machado (2000). Afora, as contribuições de Sodré (1976), Andrade (1977), Bernardes (1982a), Capel (1983), Corrêa (1995), Moraes (2007) e Santos (2012) que constituíram o aporte de conhecimentos e a interpretação da história do pensamento geográfico. No que diz respeito a historiografia e a geografia alagoanas, Moura (1844), Espíndola (2001; 1871), Almeida (2004), Lindoso (2005) e Carvalho (2015) se constituíram em importantes subsídios para o desenvolvimento da presente investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O século XIX constitui um período em que Alagoas vivenciou grandes transformações. Emancipada da capitania de Pernambuco, pelo Decreto régio de 16 de setembro de 1817, deixou de ser comarca e é elevada à condição de capitania independente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Diante dessa nova realidade, entendia-se que havia a necessidade de se elaborar uma imagem autônoma. Desse modo, segundo Lindoso (2005, p. 36),

[...] no final da primeira metade do século XIX inicia-se um ciclo de representação da imagem autônoma da Província na escrita. Esse ciclo se constitui por meio da elaboração consciente de opúsculos e esboços que buscavam representar a realidade provincial por meio de uma imagem homogênea e configurada, que reflita as condições do espaço físico, o homem, a produção, a organização administrativa e as vicissitudes da vida histórica numa escrita de representação. (LINDOSO, 2005, p. 36).

Não por acaso assevera Almeida (2004, p. 9), que “[...] a formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar as Alagoas passa pela malha do poder de mando.” Nessa perspectiva, é possível inferir que a historiografia alagoana, formalizada na última metade do século XIX, é reflexo da relação umbilical mantida entre os intelectuais e o poder senhorial. Em outros termos, tratava-se de uma produção intelectual socialmente marcada pelos interesses da classe política dominante.

Nesse sentido, segundo Lindoso (2005), antes mesmo da emancipação, já se vinha formando uma imagem diferencial de Alagoas no interior do espaço da capitania de Pernambuco. Para o autor, a criação da comarca, em 1711, se constitui na primeira manifestação de uma autonomia relativa, que

se consolida com a emancipação em 1817, criando assim a capitania das Alagoas. Documentos escritos no século XVIII, denominados de “primitivos”,

[...] revela em suas referências corográficas, na descrição da organização administrativa, no volume de produção econômica e no recenseamento demográfico a dupla imagem que se vinha formando, por meio da qual se configura a diferenciação de um espaço novo no interior da antiga capitania de Pernambuco. (LINDOSO, 2005, p. 33).

Infere-se desse modo, que a emancipação de Alagoas era iminente, que se daria mais cedo ou mais tarde, pois as condições para tal já existiam e estavam evoluindo rapidamente. Assim, “O decreto régio de 1817 é um reconhecimento, em nível político, de realidades econômicas e demográficas jacentes”, assinala Lindoso (2005, p. 34-35).

Todavia, foi somente a partir da publicação dos escritos de Antonio Joaquim de Moura e de Thomaz do Bomfim Espíndola que se iniciou a representação, no nível da escrita, da imagem autônoma da então província das Alagoas (LINDOSO, 2005). O primeiro é reconhecido como o suposto autor do *Opúsculo da descrição geographica e topographica, phizica, politica, e histórica do que unicamente respeita à província das Alagoas no império do Brazil*, obra esta publicada em 1844, sob o pseudônimo de *Por Hum Brasileiro*. Vale ressaltar que a referida obra é considerada como a primeira geografia e a primeira história de Alagoas.

O *Opúsculo de 1844* caracteriza-se por um discurso descritivo, de exaltação a natureza e de aviltamento das contradições sociais, traço comum entre os escritos produzidos em Alagoas no período oitocentista. No fragmento que segue é possível observar o caráter monográfico da aludida obra:

Esta Província das Alagôas he eminentemente pingue; o seu terreno gordo, e argiloso, he na maior parte coberto por soberbas florestas, de primorosas madeiras; de excellentes qualidades; não só para edificios, e marcinaria, senão e mui positivamente para a construção de marinha; he farto de aguas, porque o Rio de S. Francisco perenemente o refresca do lado sul, e muitos rubeiros, arroios e vertentes a festelização por toda a parte [...] (MOURA, 1844, p. 12-13).

Trata-se de uma obra que toma para si a missão de descrever minuciosamente a geografia da província, evidenciando sobremaneira a riqueza e a abundância dos seus recursos naturais. Por outro lado, nada se diz a respeito dos conflitos e contradições que envolviam o cotidiano provincial. Nesse sentido, observa-se que “o discurso descritivo tem o papel de inteligir os valores como parte da normalidade social, de um modo que elida suas contradições ou as represente como fazendo parte da linguagem codificada da cultura” (LINDOSO, 2005, p. 27-28).

Já Thomaz Espíndola, objeto do presente trabalho, aprofunda e aprimora em sua obra, ainda mais o discurso contido no *Opúsculo de 1844*. O autor se constitui em um importante intelectual alagoano da segunda metade do século XIX, que possui uma vasta e diversificada obra, mas dedicada, em grande parte, à descrição da geografia do território alagoano. Nesse sentido, convém destacar, no quadro que segue, os compêndios de geografia por ele produzido entre os anos de 1860 a 1885.

Quadro 1. Compêndios de Geografia produzidos por Thomaz Espíndola (1860-1885)

TÍTULO DO COMPÊNDIO	EDIÇÃO	ANO
Geographia fisica, politica, historica e administrativa da provincia das Alagoas	1. ed.	1860
Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da provincia das Alagoas	2. ed.	1871
Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana	1. ed.	1874

Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana	2. ed.	?
Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana	3. ed.	1885

Fonte: Barros (2005), Herculano (2014). Elaboração própria.

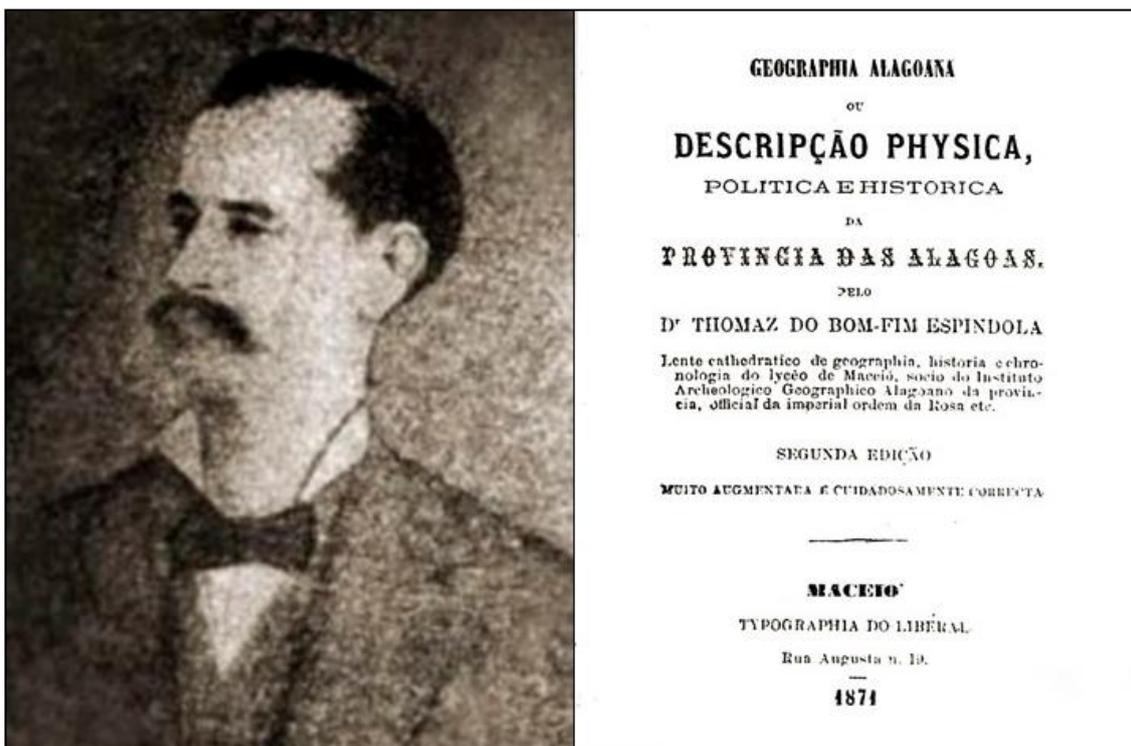
Como se pode observar no quadro acima, Thomaz Espíndola produziu dois compêndios de geografia, que foram reeditados mais de uma vez. O primeiro compêndio, intitulado de *Geographia fisica, politica, historica e administrativa da provincia das Alagoas*, foi publicado em 1860. Anos mais tarde, em 1871, publica-se a segunda edição – a mais conhecida – sob o título de *Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da provincia das Alagoas*.

Referindo-se a sua *Geographia alagoana*, Espíndola (2001, p. 5) assinala que a mesma “[...] acha-se muito mais correto e ampliado: não exageramos, se dissermos que merece o nome de obra nova.” O segundo compêndio, intitulado *Elementos de geographia e cosmographia oferecidos a mocidade alagoana*, teve a sua primeira edição publicada em 1874, e mais duas edições: a segunda, publicada em ano desconhecido; e a terceira publicada em 1885. É valido destacar que apenas as edições de 1871 e 1885 foram localizadas nos arquivos alagoanos.

No que tange a geografia produzida por Espíndola em seus compêndios, convém esclarecer que o primeiro compêndio se trata de geografia local ou até mesmo regional, onde o autor descreve de forma minuciosa a geografia do território alagoano; já o segundo compêndio trata-se de uma geografia geral ou universal, no qual Espíndola busca explicitar os aspectos gerais da geografia e da cosmografia. Ambos os compêndios seriam trabalhados por Espíndola na instrução pública da província.

Seguindo por esse caminho e referindo-se a principal obra de Espíndola, Brandão (2004, p. 31) assinala que “[...] ninguém poderia tratar da história de Alagoas [bem como da sua geografia] sem procurar tão importante e valioso auxílio.” Assim, o estudo da história do pensamento geográfico em Alagoas passa, inelutavelmente, por seus escritos e, por conseguinte, pela sua significativa contribuição ao conhecimento do território alagoano.

Figura 3. Thomaz do Bomfim Espíndola e capa da sua obra *Geographia Alagoana* de 1871



Fonte: www.historiadealagoas.com.br

A propósito, assinala Duarte (1945, p. 51): “A nossa obra geográfica de maior vulto, aquela que, de fato, representa um estudo mais amplo e sério das Alagoas, continua a ser a de Thomaz do Bomfim Espíndola.” A *Geographia alagoana* (1871), como ficou conhecida, é um “esboço geográfico e histórico da província”, conforme a descrição apresentada pelo próprio autor. A obra está estruturada em três partes principais: *I - Geographia physica*, *II - Geographia politica* e *III - Geographia historica*.

Na primeira parte do livro, Espíndola descreve de forma minuciosa os aspectos físicos e naturais do território alagoano, caracterizando as suas particularidades geográficas do mesmo. O autor descreve, por exemplo, a posição geográfica, os limites territoriais, a extensão do território, a figura, a superfície, o clima, a natureza do solo, a orografia, a hidrografia, entre outros aspectos naturais. Na passagem que trata da posição geográfica exata da província, por exemplo, destaca:

A província das Alagoas acha-se situada entre 8° 55' 30" e 10° 28' 50" de latitude austral e entre 27° 27' e 28° 58' de longitude oeste de Lisboa, segundo as exatas observações do barão de Ronssin e do capitão de fragata Felippe José Ferreira. (ESPÍNDOLA, 2001, p. 21).

No que se refere aos limites do território alagoano, escreve Espíndola (2001, p. 21):

Confina ao norte e noroeste com as comarcas do Rio Formoso, Palmares (Água Preta) e Garanhuns, pertencentes à província de Pernambuco, pelo riacho Pirassununga – da foz até a nasçença –, por uma linha reta desta à barra do confluente da margem direita do Uma – o rio Jacuípe –, por este acima até a barra do seu confluente da margem esquerda – o Taquara –, por este até a sua nasçença, e finalmente pela serra do Capim passando a linha divisória uma légua acima da Laje do Canhoto, entre Garanhuns e Quebrangulo e entre Papacaça e Palmeira dos Índios, e, tomando o rumo quase de leste-oeste até chegar ao rio Moxotó, passa 4 léguas ao sul da Águas Belas e 1 e 2 ao norte da Mata Grande; ao sul confina com a comarca de Vila Nova de Sergipe e a de Geremuabo da Bahia pelo rio de S. Francisco; ao oriente com o Atlântico; e ao ocidente com a comarca de Tacaratu da província de Pernambuco pelo Moxotó, confluente da margem esquerda do S. Francisco.

O autor acrescenta ainda, em relação aos limites do território alagoano, que esses, em parte do norte, noroeste e leste-oeste ainda não se acham bem discriminados, o que por vezes ocasionam conflitos de jurisdição entre este e a província de Pernambuco. Nota-se, assim, que essas províncias ainda não possuíam os seus limites territoriais bem definidos.

Desse modo, é válido salientar, conforme as passagens acima apresentadas, que havia a necessidade de definição do território alagoano diante do pernambucano. Esta definição se faz a partir da descrição geográfica que Espíndola estabelece em sua obra.

Na segunda parte da *Geographia Alagoana*, que Espíndola intitula de *Geographia política*, faz-se uma descrição geral da organização política, econômica e administrativa da província, fazendo um apanhado das cidades, vilas e povoações que a compunham.

Na última parte, denominada *Geographia historica* e subdividastão descritos e relatados os principais eventos e os diversos períodos atravessados por Alagoas – do descobrimento (1500) à publicação da sua *Geographia alagoana* (1871), passando pela elevação à categoria de comarca de Pernambuco (1711) e depois província independente (1817).

Pode-se afirmar, portanto, que a *Geographia alagoana* de Thomaz Espíndola se constitui em um importante objeto para se pensar a geografia produzida na segunda metade do século XIX e como esta mesma geografia se relaciona com o processo de construção e consolidação de uma imagem autônoma da província das Alagoas.

Contudo, é notório, portanto, a partir da leitura da *Geographia alagoana*, que Espíndola tinha como objetivo principal a descrição da geografia do território alagoano e assim delimitar o espaço da província recém-emancipada, espaço este que segundo a sua descrição é diferente do espaço da capitania de Pernambuco. É nesse sentido que o mesmo assinala que “nada por sem dúvida é mais censurável do que não conhecer o homem a sociedade em que vive, a terra em que pisa, ou em que viu a primeira luz do mundo, a história dessa sociedade e dessa terra” (ESPÍNDOLA, 2001, p. 5)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do pensamento geográfico constitui um campo da pesquisa geográfica ainda pouco explorado pelos geógrafos brasileiros, sobretudo no que concerne ao período que antecedeu a institucionalização da geografia no Brasil. À vista disso, assevera Machado (2000, p. 313) que “[...] por anteceder a institucionalização da geografia, o período 1870/1930 tem merecido somente a menção de um ou outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil.”

Não obstante, nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento significativo dos estudos dedicados à análise da história do pensamento geográfico no país, sobretudo no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (CARVALHO, 2007). Em contrapartida a isso, apenas uma pequena parte desses estudos tratam do período que precedeu o decênio de 1930.

Nesse sentido, vale salientar que os estudos que enveredam pelo caminho da historiografia do pensamento geográfico brasileiro revelam sua importância, por constituírem ferramentas essenciais no sentido de “[...] visitar e discutir questões epistemológicas, teóricas e históricas que deem aporte à compreensão da evolução da disciplina [geografia] nos interstícios que precederam ou se seguiram a sua institucionalização em 1934”, conforme assinala Carvalho (2001, p. 18).

Logo, no presente artigo, buscou-se resgatar Thomaz do Bomfim Espíndola, que se constituiu em um importante intelectual e geógrafo alagoano do século XIX, com marcante atuação na instrução pública, na política, na administração da Alagoas provincial e que produziu uma importante obra no campo da geografia, dedicada a descrição do território alagoano. Destaque-se que após a emancipação das Alagoas havia a necessidade premente do estabelecimento de uma imagem autônoma e diferencial, da definição dos limites do território alagoano, haja vista que o mesmo ainda se achava confundido com o de Pernambuco.

Desse modo, a partir da leitura da obra de Espíndola foi possível verificar que a mesma esteve intimamente associada a esse processo de construção e consolidação dessa imagem pretendida das Alagoas e, por conseguinte, de uma identidade alagoana. O que se faz sentir a partir da geografia por ele produzida, marcada por uma descrição pormenorizada dos aspectos físico-naturais, político-administrativos, sociais e econômicos da província recém-emancipada.

Tendo sido um dos primeiros a elaborar um “esboço geográfico e histórico da província”, Espíndola mostra-se um importante objeto de estudo, cuja contribuição para o conhecimento e interpretação da história do pensamento geográfico, sobretudo em Alagoas, é basilar. A sua figura singular e os seus escritos tem se mostrado um caminho promissor e ainda inexplorado. Contudo, apesar da notável importância de sua obra, o que se tem verificado é o seu completo esquecimento, persistindo assim uma grande lacuna no que diz respeito aos estudos sobre a história da geografia em Alagoas e, por consequência, ao seu processo de emancipação.

Gerações de acadêmicos e professores de Geografia alagoanos, têm ao longo dos tempos, ingressado e saído dos cursos de Geografia existentes no atual estado de Alagoas sem ter qualquer conhecimento desse autor. Ainda que na sua capital, a cidade de Maceió, seja um nome repetido com frequência, por possuir uma importante avenida que leva o seu nome.

Adentrar pelos meandros do pensamento geográfico brasileiro, e alagoano em especial, tem permitido encontrar figuras “intocáveis” como Espíndola. Mas também constitui tarefa das mais árduas e complexas, tendo em vista os meandros a serem percorridos. Porém, revisitar esses indivíduos e de suas contribuições notáveis é fundamental, para conhecer a história do pensamento geográfico em Alagoas e compreender a geografia que ali é desenvolvida atualmente. E mais, a importância de resgatar figuras olvidadas, mas que podem oferecer contribuições valiosas para o conhecimento e interpretação da historiografia do pensamento geográfico em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Dois textos alagoanos exemplares. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). Dois textos alagoanos exemplares. Maceió: FUNESA, 2004. p. 8-18.

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 54, São Paulo: AGB, 1977. p. 5-28.

BERDOULAY, Vincent. Do contexto ao relato: revisitar a modernidade. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G (Org.). Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil - Faperj, 1999.

_____. A abordagem contextual. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-56, jul./dez. 2003.

_____. A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS. Collecção das Leis do Brazil de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 3, p. 391-413, jul./set. 1982a.

BRANDÃO, Moreno. História de Alagoas. 3. ed. Arapiraca: Edual, 2004. 141p.

CAPEL, HORACIO. Filosofía y ciência en la geografía contemporánea. Uma introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1983.

CAROATÁ, José Próspero Jeovah da Silva. Chronica do Penedo. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, Maceió, Volume I, nº 2, p. 1-80, jun. 1873.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- CARVALHO, Cícero Péricles de. Formação histórica de Alagoas. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, João Craveiro. A Emancipação das Alagoas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1967.
- DUARTE, Abelardo. A Revolução Pernambucana de 1817 e a Emancipação de Política de Alagoas. Revista do Instituto Histórico de Alagoas, Maceió, Ano. 1940-1941, Volume. XXI, p. 146-155, 1941.
- _____. A primeira geografia alagoana (em tórno do centenário da sua publicação). Revista do Instituto Histórico de Alagoas, Maceió, Ano. 1945-1946, Volume XXIV, p. 47-65, 1945.
- ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Edições Catavento, 2001.
- _____. Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.
- LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- LINDOSO, Dirceu. Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 309-352.
- MELLO, Anfilóbio Jayme de Altavila. Alagoas na Revolução Pernambucana de 1817. Revista do Instituto Histórico de Alagoas, Maceió, Volume XVIII, p. 122-128, 1935.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.
- _____. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005b.
- PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia (geografia e ideologia). Petrópolis: Vozes, 1976.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. Uma nova visão do geógrafo no mundo contemporâneo. Gazeta de Alagoas. Maceió, 02 jul. 2016. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=290228>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- ZUSMAN, Perla Brígida. Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.